

ATA Nº 333

1  
2 Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, realizou-se  
3 uma reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de forma remota, através da  
4 plataforma Google Meet, com os seguintes presentes: Suellen B. R. Corrêa, Kelly Botega Fortunato,  
5 Meri T. Bressan, Thaise R. Paes, Isabel C. V. Cardoso, Telma de Carvalho, Edson Luiz Barbosa,  
6 Cintia Nowasco da Silva, Juliana V. Honorato, Fernanda Bez B. de Souza, Gilmar E. Nunes,  
7 Daniela Inês C. Machado, Rosa Motta, Marina M. Daltoé Oliveira e como visitante, Nilce Margotti.  
8 A Presidente abriu a reunião dando boas vindas e agradecendo a todos pela presença. Em seguida, a  
9 conselheira Isabel fez a apresentação da Pauta: Correspondências recebidas: Ofício nº  
10 31/2021/FMDS: informando que a proposta de participação ao PAA – Programa de Aquisição de  
11 Alimentos na modalidade compra de doação simultânea foi aprovado pela CONAB, sendo a FMDS  
12 a responsável pela distribuição dos produtos as entidades socioassistenciais do município; Ofício nº  
13 32/2021/FMDS: apresentação do Plano de Trabalho das Ações do Programa de Erradicação do  
14 Trabalho Infantil – AEPETI; Capacitação sobre Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS nos  
15 dias 18 e 19 de março ofertado pelo Instituto Cairo. O pagamento das inscrições poderá ser feita  
16 através dos recursos IGD-SUAS e IGD-PBF; E-mail do CNAS informando calendário de reuniões e  
17 data da XII Conferência Nacional de Assistência Social, programada para os dias 07 à 10 de  
18 dezembro; Ofício da entidade João 3:16 informando que a entidade passou a ofertar o serviço de  
19 acolhimento institucional para adultos na modalidade de Casa de Passagem para oferta de  
20 acolhimento imediato e emergencial (24 horas). Correspondências expedidas: Ofício nº 001/2021 ao  
21 Prefeito para retomada regular das atividades relativas a referida pasta. Prestação de Contas: Atidev,  
22 STAN, Associação Leon Denis, COMBEMTU. Assuntos gerais: Apresentação relatório Gestão  
23 FMDS 2017/2020; trabalho das comissões; aprovação da suplementação do Superavit dos recursos  
24 do Fundo Municipal de Assistência Social. Após leitura, questionou a plenária se alguém gostaria de  
25 acrescentar assuntos na pauta. Com a palavra, a presidente, Sra. Suellen coloca sobre os trabalhos  
26 da comissão, solicitando aos conselheiros agilidade com as demandas para que não haja prejuízo as  
27 entidades. Explana que possui grupo de WhatsApp e que todos devem se manifestar para ser  
28 agendado a data dessas análises e questiona a conselheira Isabel se existe uma comissão para tratar  
29 sobre a conferência. Isabel informa que ainda não existe e deve ser formada uma comissão para  
30 discussão da conferência. Quanto a comissão de inscrição e análise de projetos das entidades, esta  
31 deve ser revista, sendo que representantes da área governamental permanece os mesmos membros,  
32 porém falta um representante não governamental, onde foi sugerido a conselheira Marina. Ficou  
33 deliberado então a inclusão desta na comissão, ficando constituída da seguinte forma: Lilian e  
34 Gilmar E. Nunes como representantes governamentais e Meri e Marina como representantes não  
35 governamentais. Na sequência, Sra. Kelly fez a apresentação do relatório Gestão FMDS 2017/2020,  
36 referente a gestão anterior. Esclareceu que este relatório contém as ações de 2017 a 2020 da Gestão,  
37 sintético resumindo as principais ações dentro das metas estabelecidas no Plano Plurianual de  
38 Assistência Social. Sra. Kelly esclarece que o relatório traz informações para que os conselheiros  
39 tenham uma visão geral do que foi executado nos programas, projetos e setores da Fundação na  
40 sequência faz a leitura na íntegra do relatório prestando os devidos esclarecimentos. Durante a  
41 apresentação pontuou que, durante esse tempo, a equipe de gestão esteve a disposição da rede,  
42 independentemente se recebiam recursos ou não do município, realizando orientações técnicas em  
43 relação a ofertas de serviços. Importante frisar que a Resolução nº 14 de Assistência Social  
44 estabelece quais entidades, serviços e projetos fazem parte da rede socioassistencial. Colocou ainda  
45 que, outro ponto importante a destacar, que talvez, devido a tantas normativas, e que possa ser  
46 desconhecido por alguns, o fato de não ser a Fundação, através da equipe de gestão, que define

47 quais entidades pertencem ou não à rede socioassistencial, sendo papel do conselho municipal, por  
48 meio de análises de pedidos de inscrição, sendo analisadas através das comissões. Encerrada a  
49 apresentação, a conselheira Cintia questiona sobre o recebimento do relatório e Sra. Kelly  
50 esclareceu que será enviada a todos os conselheiros. Concluindo, expõe que essas foram as  
51 principais ações da Fundação/Política da Assistência Social durante esses quatro anos, informando  
52 que, por reconhecimento de seu excelente trabalho na condução da Fundação Desenvolvimento  
53 Social durante esses quatro anos, o Sr. André Fretta May foi nomeado como diretor-presidente,  
54 fazendo referência ao apoio quase absoluto dos funcionários para o seu retorno. Na continuidade  
55 coloca sobre as mudanças para a nova gestão, onde a Conselheira Lilian assume a gerência da  
56 Fundação, Sra. Kelly coloca que foram quatro anos bem desafiadores sendo que ocupará nova  
57 função de técnica da assistência, assessorando o Secretário na área de planejamento e na parte  
58 burocrática, não tendo mais um trabalho direto com os serviços, informa ainda que a Sra. Lilian era  
59 a responsável pela Gestão Técnica da Proteção Social Especial, mas que até o momento não foi  
60 designado novo servidor para a função, ficando a servidora Isabel, responsável técnica do setor de  
61 Vigilância Socioassistencial, encarregada de auxiliar e dar suporte para os serviços da Proteção  
62 Social Especial de média e alta complexidade. A conselheira Fernanda assume a coordenação do  
63 CRAS I (bairro Humaitá) porém, continua com a coordenação do AEPETI. Dando continuidade a  
64 pauta, Sra. Kelly fala sobre a Aprovação da Suplementação do Superavit dos recursos do Fundo  
65 Municipal de Assistência Social. Explicou que no dia anterior a reunião, a contabilidade  
66 encaminhou Minuta do Projeto de Lei para suplementação do superavit do exercício anterior  
67 referente ao Fundo. Esclarece que, para utilizar os recursos que sobraram nas contas do ano  
68 anterior, é necessário suplementar, ou seja, para que os recursos sejam colocados no orçamento do  
69 presente ano precisa da ciência e aprovação do conselho, para que posteriormente seja encaminhado  
70 o projeto de lei à Câmara de Vereadores. Explicou que o balanço é feito pela contabilidade do  
71 município e por conta do fechamento de muitos balanços, só foi possível a conclusão deste no dia  
72 anterior, razão pela qual não foi encaminhado aos conselheiros anteriormente. A conselheira fez a  
73 apresentação da minuta, onde esclareceu que a aprovação da suplementação do superavit não está  
74 em forma de projeto de lei, mas sim de Decreto, não havendo necessidade de encaminhamento para  
75 a Câmara de Vereadores. Detalhou sobre os valores explicando que são recursos Federais e  
76 Estaduais não havendo recursos Municipais suplementados, A presidente coloca que esses recursos  
77 são vinculados e não próprios. Sra. Kelly complementa a fala da presidente explicando que esses  
78 recursos são aportes por conta da pandemia do COVID-19, e não foram totalmente gastos pois são  
79 passíveis de reprogramação, sendo recursos carimbados para fins específicos. Não havendo  
80 nenhuma manifestação por parte dos Conselheiros, a presidente coloca em votação, sendo aprovado  
81 por unanimidade a suplementação do superavit dos recursos do Fundo Municipal de Assistência  
82 Social, deliberando encaminhamento para resolução. Em seguida, fala sobre a reprogramação do  
83 Plano de Aplicação do AEPETI, a ser apresentado pela coordenadora Fernanda, é de R\$ 44.959,91,  
84 e que precisa também da aprovação do conselho. A conselheira e coordenadora do AEPETI, Sra.  
85 Fernanda, fez a apresentação do Plano de Aplicação dos recursos reprogramados do AEPETI. A  
86 Presidente questiona se o plano foi encaminhado aos conselheiros caso não houve tempo hábil antes  
87 da reunião, deve ser encaminhado posteriormente via e-mail, solicitando que os conselheiros façam  
88 a leitura e se manifestem por e-mail o mais breve possível. A Conselheira Isabel informou aos  
89 presentes o resultado das análises de Inscrição para o processo eleitoral da sociedade civil para o  
90 Conselho Estadual e coloca que veio a resposta de todos os Municípios, em seguida fez a leitura da  
91 documentação recebida explicando que a OSC COMBEMTU não foi habilitada sendo a justa  
92 para tal negativa o fato da OSC, apesar de ter comprovado por relatório e estatuto, atuação em mais

93 de um município, mas não justificou ausência de segunda inscrição no CMAS. A conselheira Isabel  
94 explicou sobre a justificativa aos conselheiros. A conselheira Cintia se manifesta acerca da  
95 justificativa, explicando a situação e colocando da possibilidade de recorrer da negativa, sendo  
96 aprovada por todos os conselheiros. A Conselheira Thaise questiona acerca de qual serviço é  
97 executado no município de Sangão. Cintia esclarece que é o Programa Aprendiz e que tem polo em  
98 Sangão que atende os aprendizes de Jaguaruna. Informou que os municípios de Braço do Norte,  
99 Gravatal e Imbituba também possuem polos. Colocou que como tem dificuldades em solicitar  
100 documentação no CMDCA de Imbituba, é solicitado ao município de Sangão. Na sequência, a  
101 conselheira Isabel informou que toda as instituições tiveram seus dados cadastrados no CNEAS,  
102 ficando com pendência somente o Lar da Menina e Joanna de Angelis, e que o conselho está  
103 aguardando o envio da documentação por parte da entidade. Esclareceu que não excluiu as OSCs do  
104 CNEAS para que as mesmas não fiquem sem cadastro e que está aguardando os documentos.  
105 Continuando, informa que o cadastro da APAE está atualizado com os dados encaminhados pela  
106 entidade, porém, após análise da comissão, será incluído também o serviço da entidade. Encerrou o  
107 assunto esclarecendo que após análise das documentações pela comissão e aprovação do conselho,  
108 será encaminhado ao gestor da Fundação solicitando a inclusão destes serviços ao CNEAS. Sra.  
109 Kelly informa aos conselheiros que a partir deste cadastro as entidades terão acesso ao CEBAS,  
110 esclarecendo que a determinação de uma entidade ter preponderância na Assistência Social é  
111 decisão do CMAS. Sra. Kelly coloca que no ano anterior foi difícil o trabalho das Comissões por  
112 conta da pandemia, sendo as reuniões de forma virtual e pelo fato que muitos conselheiros ficaram  
113 doentes. A Conselheira salienta que é importante que o conselho encontre estratégias e alternativas  
114 para a realização de seu trabalho diante das dificuldades. Sra. Nilce (visitante) representante da  
115 instituição Joanna de Angelis, fez algumas manifestações referente a inclusão de serviços. A  
116 presidente manifesta-se acerca questionando a inserção destes serviços no CNEAS. A gerente e  
117 conselheira, Sra. Lilian, coloca que a Entidade APAE tem inscrição como entidade de Assistência  
118 Social e possui preponderância nas áreas de educação, saúde e assistência sócia, porém todo ano  
119 devem encaminhar Plano de Ação e relatório como programa de reabilitação e não como serviço.  
120 Informou que a comissão já fez uma leitura da documentação no final do ano passado e que se  
121 reunirão novamente, para posteriormente informar a entidade do deferimento ou solicitando nova  
122 documentação. Dando continuidade a Presidente coloca que esteve reunião com a Gestão da  
123 Fundação representada pela Conselheira Sra. Kelly, com representantes da Cooperazul, e com a Sra.  
124 Maria de Lourdes representante da CONAB de Florianópolis, com o objetivo de alinhar  
125 informações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, ficando assim deliberado: Fundação  
126 MDS é responsável pela distribuição dos produtos para as instituições que foram selecionadas em  
127 reunião sendo encaminhado uma relação dos produtos a serem repassados para às entidades. A  
128 conselheira Sra. Kelly esclarece que nesta reunião foi discutido e deliberado o aguardar a nomeação  
129 do Secretário para iniciar a execução do Programa, tendo em vista que o Secretário foi reconduzido,  
130 e pretende-se enquanto Fundação realizar uma reunião com as entidades beneficiadas, junto a  
131 Cooperazul, para iniciar as entregas dos produtos. Coloca que na reunião do COMAS foi deliberado  
132 quatro entidades que receberiam estes produtos sendo: COMBEMTU, STAN, João 3:16 e Abrigo  
133 dos Velinhos. Entretanto, na reunião agendada com essas entidades somente a Sra. Fernanda,  
134 representante da COMBEMTU, compareceu, não havendo manifestação das outras entidades em  
135 receber os alimentos. Informou que a Cooperazul tem R\$ 320 mil em produtos a serem distribuídos  
136 as entidades e a Fundação possui a prerrogativa de indicar as entidades receptoras, existindo a  
137 possibilidade de mudança com relação a estas entidades. Questionou a instituição STAN se esta tem  
138 interesse em receber tais alimentos. A entidade manifestou interesse. Sra. Kelly coloca que

139 confirmará com a entidade João 3:16 se possui interesse, caso não tenha, será direcionado a outra  
140 instituição. A conselheira Marina questiona acerca do Abrigo dos Velinhos com relação ao repasse  
141 de recursos no ano passado, se ainda existe possibilidade de receberem esses produtos do Programa.  
142 Sra. Kelly informa que o Programa de Aquisição de Alimentos não está vinculado ao repasse de  
143 recursos ao Abrigo dos Velinhos, sendo que houve uma interrupção por parte da Instituição em  
144 encerrar o Termo de Fomento, entretanto a entidade continua executando seus serviços e sendo uma  
145 entidade assistencial. Sra. Nilce manifesta o interesse da Fundação Joanna de Angelis em receber os  
146 produtos, bem como a entidade Lar da Menina. Sra. Kelly informa que as entidades que não foram  
147 indicadas na reunião em agosto e que tenham interesse, encaminhem um ofício à Fundação  
148 colocando do interesse em participar do PAA. A presidente coloca que, como nem todas as  
149 entidades se fazem presentes na reunião, seria importante conversar com a Sra. Silvana Zardo,  
150 presidente do Fórum das Entidades, apresentando essa informação. Sra. Kelly comunica que nem  
151 todas as entidades que manifestarem interesse serão indicadas pelo Gestor, mas concorda em levar o  
152 fato ao Fórum das Entidades, e que pedirá ao Secretário que encaminhe um ofício ao Fórum  
153 colocando esta informação. A representante da APAE, Sra. Daniela, questionou se a entidade  
154 ( APAE ) poderá se manifestar, Sra. Kelly responde que pode sim se manifestar. A Presidente do  
155 CMAS Sra. Suellen presta agradecimentos pelo trabalho e contribuições que a Conselheira Sra.  
156 Kelly Botega desenvolveu quando exerceu sua função de Gerente da FMDS. A Conselheira  
157 agradece .Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta reunião à qual lavrei esta ata.

ATA Nº 334

1  
2 Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, realizou-se  
3 uma reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de forma remota, através da  
4 plataforma Google Meet, com os seguintes presentes: Suellen B. R. Corrêa, Kelly Botega Fortunato,  
5 Meri T. Bressan, Charla Flor Antunes, Isabel C. V. Cardoso, Cléria O. Agostinho, Thaise R. Paes,  
6 Telma de Carvalho, Edson Luiz Barbosa, Cintia Nowasco da Silva, Juliana V. Honorato, Fernanda  
7 Bez B. de Souza, Lillian Folchini, Cledson Rodrigues, Tânia B. Severino, Silvia C. Santos e a  
8 contadora, Andresa Nunes. A conselheira Gilmara E. Nunes justificou sua ausência. A Presidente  
9 abriu a reunião dando boas vindas e agradecendo a todos pela presença. Em seguida fez a  
10 apresentação da Pauta: Correspondências recebidas: ofício nº 001/03/2021-Setor POP/FMDS:  
11 Atendimento à população de rua; Ofício nº 72/2021: Plano de Aplicação de reprogramação dos  
12 recursos da Portaria nº 369/2020. Correspondências expedidas: Prestação de contas apresentada  
13 pela contabilidade. Resoluções expedidas: Resolução nº 01/2021: revoga a resolução nº 32/2020 e  
14 altera a comissão de Legislação e Análise de Inscrição de Entidades e Projetos; Resolução nº  
15 02/2021: dispõe da suplementação do Superavit dos recursos do Fundo Municipal de Assistência  
16 Social; Resolução nº 03/2021: dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho das Ações do  
17 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI, para o ano de 2021. Assuntos gerais:  
18 Apresentação da Prestação de Contas do 4º Quadrimestre do Fundo Municipal de Assistência  
19 Social; Conferência Municipal; finalizando as prestações de contas do ano de 2020. A presidente  
20 passou a palavra para a contadora, Sra. Andresa Nunes, a qual apresentou a Prestação de Contas da  
21 Assistência Social do 4º quadrimestre aos presentes, sendo que o material foi enviado anteriormente  
22 para o e-mail dos conselheiros para pré-análise. Sra. Andresa esclarece sobre as receitas realizadas,  
23 transferências financeiras recebidas, despesas com pessoal, encargos patrimoniais, material de  
24 consumo, serviços terceirizados, fornecedores, transferências às OSCs e Benefícios Eventuais. Na  
25 sequência, Sra. Kelly realizou a apresentação do Plano de Aplicação de Reprogramação.  
26 Continuando, esclarece que os recursos extraordinários das Portarias nº 369 e 378 para ações de  
27 combate ao COVID-19, tratam-se de aportes extraordinários, sendo diferentes do cofinanciamento  
28 regular que o município continua recebendo. Não havendo nenhuma manifestação, a presidente  
29 coloca em votação sendo aprovado o Plano de Aplicação dos Recursos Reprogramados, deliberando  
30 o encaminhamento da resolução. Dando continuidade a pauta, a presidente, Sra. Suellen, fez a  
31 leitura na íntegra do ofício nº 001/03/2021 do Setor POP/FMDS, acerca do atendimento a  
32 população de rua. Após a leitura, o conselheiro Edson se manifesta solicitando que seja realizada  
33 leitura da resposta da entidade Leon Denis ao conselho. A presidente esclarece que, primeiramente o  
34 conselho deve ter conhecimento deste ofício que chegou na data de 09/03 e está sendo colocado na  
35 reunião. O conselheiro Edson solicita a palavra para sua manifestação a qual a presidente concedeu.  
36 Sr. Edson colocou que a Instituição tem 25 anos e estranha que isto esteja acontecendo nestes dois  
37 últimos anos, sendo que o lema da instituição é ordem, organização e disciplina, onde a ordem é  
38 necessária em qualquer instituição. Sr. Edson complementa sua manifestação e coloca que não deve  
39 ser tomada tal iniciativa, execrando não somente a instituição mas também a pessoa física sem  
40 devidas comprovações jurídicas, sendo que a instituição trabalha com alta complexidade onde  
41 existe por parte dos usuários falta de educação e empoderamentos, logo quem está a frente da  
42 administração tem de tomar decisões mais ou menos duras. O conselheiro relata duas situações que  
43 devem ser trazidas ao conselho para ciência, primeiramente que a entidade João 3:16, inscrita no  
44 conselho entre junho/julho no ano passado no qual o presidente era candidato a vereador sendo  
45 ligado a assistente social Cléria, um segundo fato foi ocorrência de uma tentativa de esfaqueamento  
46 ocorrida dentro desta instituição uma vez que em sua instituição nunca ocorreu tal situação, pedindo

47 provas dos fatos relatados no ofício, haja vista que sempre vai primar pela ordem, organização e  
48 disciplina dentro da instituição, sendo que isto não é chamar de “vagabundo”, nem tampouco maus  
49 tratos. O conselheiro pede provas do teor das acusações pois possivelmente irá ajuizar uma ação por  
50 calúnia e difamação por danos morais, mensurado pelo constrangimento que a pessoa física e  
51 jurídica está sendo submetida. Ainda com a palavra, o conselheiro explana que o conselho deve ter  
52 conhecimento que no ano passado o responsável pela instituição João 3:16, candidato a vereador,  
53 fez acordo com Caio, Joares, e Luciane para que o ente público construísse casa de passagem ou  
54 casa de apoio, o conselheiro relata que tal fato será encaminhado ao Ministério Público, pois está  
55 sendo uma “sacanagem” contra o albergue e contra a sua pessoa. Após, a presidente em uso da  
56 palavra coloca que estas informações referentes a instituição João 3:16 o conselheiro tem direito de  
57 fazer denúncia caso tenha informações e provas. Em seguida, a presidente cede a palavra a  
58 conselheira e assistente social, Sra. Cléria para manifestação. A conselheira coloca que no uso de  
59 suas atribuições profissionais trouxe esta situação aos conselheiros e gestores, pois na função de  
60 assistente social escuta os relatos e também recebe cobranças de usuários mais esclarecidos que  
61 cobram um posicionamento diante da situação de maus tratos aos acolhidos no Albergue Leon  
62 Denis. A conselheira relata que está a frente deste atendimento há muitos anos e desde então escuta  
63 tais relatos, e tem avaliado com muito critério, porém nos últimos dois anos se intensificaram  
64 através de diferentes pessoas. A assistente social coloca que não leva em conta todas as denúncias,  
65 dependendo do perfil do usuário atendido, pois sabe da dificuldade em trabalhar com este público.  
66 Continuando a Assistente Social relata que entende que a instituição deva ser regida inclusive  
67 sempre parabenizo á disciplina utilizada, tanto que todos estes anos nunca houve nada trágico  
68 dentro da instituição que tenha conhecimento. A conselheira segue colocando que teve relatos de  
69 diferentes perfis de usuários, pessoas que estão em situação de rua porém são pessoas muito  
70 esclarecidas, e na qualidade de sua profissão levou o assunto para gestão da FMDS, a fim de avaliar  
71 para melhorar este atendimento do albergue. O conselheiro Edson questiona a Assistente Social  
72 Sra. Cléria, o porque de não questionar enquanto responsável das queixas recebidas e de fazer uma  
73 visita no Albergue para comprovar tais relatos. A assistente Social coloca que uma determinada  
74 oportunidade por coincidência estava dentro de um veículo e pode comprovar a forma que os  
75 usuários foram atendidos na hora do acolhimento á qual chamou atenção pelo tom de voz ( gritaria)  
76 para com os usuários. A Assistente Social coloca que as provas existem e caso for de interesse do  
77 Conselho serão encaminhadas. Na sequência, a assistente social explana acerca dos  
78 encaminhamentos de pessoas naturais do município, a qual já teriam conversado e o coordenador  
79 negou acolhimento dos mesmos. Sra. Cléria esclarece que mesmo sendo do município estas pessoas  
80 estariam sem vínculo familiar e que não teriam como procurar a família, então para que se tente  
81 desenvolver um trabalho social, estas precisam no mínimo dormir num local protegido como o  
82 albergue, porém se não tiver este acolhimento torna-se difícil o atendimento. Continuando, a  
83 assistente social coloca que além das negativas de atendimento das pessoas do município de  
84 Tubarão, outra questão é a inviabilidade sobre os encaminhamentos do setor que atende população  
85 de rua. Questiona se a entidade faz parte da rede socioassistencial privada e se o encaminhamento  
86 da equipe técnica não tem validade. Seguindo a pauta, o conselheiro Edson, em uso da palavra,  
87 coloca que esta situação não é verdadeira e que tem conhecimento das obrigações da instituição  
88 enquanto serviço de acolhimento. Contrapondo, o conselheiro responsável pela instituição continua  
89 sua fala, colocando que os usuários são muitas vezes “mentirosos” que fazem jogo entre o setor de  
90 atendimento a população de rua e a instituição. Continuando, o conselheiro Sr. Edson coloca que é  
91 terminantemente uma mentira no que ele tenha falado que os encaminhamentos da FMDS não  
92 teriam validade, e que a conselheira deveria ter questionado a veracidade desta situação, e que estas

93 conversas são unilaterais. O conselheiro coloca que deve ser apurado tais situações. Continuando,  
94 relata situação de um usuário encaminhado ao albergue que queixou-se de sarna, no entanto salienta  
95 que não existe este tipo de doença no albergue e no outro dia foi encaminhado para um hotel. A  
96 assistente social, Sra. Cléria esclarece que esta situação não condiz com a realidade sendo que a  
97 pessoa encaminhada para o hotel nada tem a ver sobre “sarna” e não cabe esclarecimento a respeito  
98 deste encaminhamento por tratar-se de uma avaliação técnica. A conselheira coloca que após essa  
99 situação, muitos usuários vieram questionar acerca do benefício eventual de aluguel social e quando  
100 questionados relataram que souberam através de notícias veiculadas no albergue. Na sequência a  
101 assistente social deixa palavra livre para algum questionamento por parte dos conselheiros e não  
102 houve nenhuma manifestação. A assistente social Sra. Cléria informou que foi autorizada pela  
103 Gestão da FMDS que o setor de atendimento à população de rua não fará nenhum encaminhamento  
104 ao albergue, ficando a critério desta entidade receber ou não e definir o tempo que a pessoa deva  
105 permanecer acolhida, sendo a equipe da instituição que realizará a avaliação técnica, ou seja, o  
106 albergue que encaminha para o setor de atendimento à população de rua, a partir do dia 22/04/2021  
107 se considerar necessário. O conselheiro Edson coloca que isto deve ser tratado em reunião com a  
108 Sra. Lilian, gerente da FMDS. A conselheira Cléria informa que não iria deixar de fazer os  
109 encaminhamentos à entidade sem comunicá-lo com antecedência, informando que seria a partir do  
110 dia 22/04 pois traria ao conselho na próxima reunião. Refere que se o conselheiro quer reunião com  
111 a gestão não diz respeito ao seu setor, porém este formato de atendimento já foi aprovado pela  
112 gestão, não tendo mais como mudar o procedimento. Dando continuidade a reunião, a presidente  
113 coloca que precisa trazer ao conhecimento dos conselheiros para que seja refletido sobre uma outra  
114 ótica um assunto que a deixou indignada enquanto presidente, conselheira e pessoalmente, que seria  
115 a situação que no dia anterior a reunião, o conselheiro Edson protocolou resposta ao ofício  
116 apresentado na presente reunião, sendo que nenhum conselheiro teve acesso ao conteúdo do ofício  
117 encaminhado pelo setor de atendimento à população rua. Continuando, a presidente informa aos  
118 conselheiros para que todos compreendam que este documento teria sido encaminhado ao Sr. Edson  
119 sem o conhecimento da presidente e dos profissionais da secretaria executiva e toma a liberdade de  
120 questionar o conselheiro como obteve acesso a este ofício, sendo muito grave, haja vista que a  
121 resposta foi encaminhada antes da apresentação da plenária do conselho. Que este fato ocorrido  
122 atinge o conselho e os conselheiros sendo preocupante e pede ao conselheiro Edson esclarecimentos  
123 sobre o fato para que seja elucidado, pois como presidente recebeu o ofício mencionado por e-mail,  
124 ou seja, teve acesso ao ofício e isto gera um sentimento de corresponsabilidade e desconfiança. A  
125 presidente destaca que possui uma carreira profissional a zelar e é injusto que este fato passe  
126 despercebido e complementa que as profissionais da secretaria executiva também tiveram acesso  
127 ao documento. Desta forma solicitou novamente a manifestação do conselheiro sobre o acesso à  
128 documentação. Sra. Mariela Estevão, assessora jurídica da FMDS, presente na reunião coloca que o  
129 ocorrido trata-se de divulgação irregular de documento interno. O conselheiro Edson quando  
130 questionado informa que não furto o documento, mas não vai dizer como conseguiu o ofício. A  
131 assessora jurídica, Mariela esclarece a gravidade da situação e como o CMAS é vinculado a  
132 Fundação Municipal de Desenvolvimento Social é de responsabilidade dos técnicos da secretaria  
133 executiva a segurança, guarda e sigilo dos documentos e que é muito grave o conselheiro negar-se a  
134 dizer como o documento foi entregue a ele. Continua colocando que esta fala do conselheiro é  
135 preocupante pois se fosse de forma correta o mesmo não iria omitir a forma de acesso ao  
136 documento, sendo que o conselheiro Edson tem ciência que recebeu de forma indevida. Sra.  
137 Mariela questiona o conselheiro se o documento foi recebido de forma indevida. O mesmo negou-se  
138 a prestar outros esclarecimentos. Mariela informa que será solicitado pela presidente do CMAS,

139 com a ciência da plenária, abertura de processo de sindicância para apuração do fato. Diz que o  
140 conselheiro sendo do meio jurídico sabe o quanto é grave o vazamento de documento de setor  
141 público. Continuando, coloca que quando do conselheiro diz: “não furtei mas tive acesso” não  
142 dizendo como teve acesso ao ofício pode ser entendido que o mesmo se apropriou indevidamente  
143 do documento. O conselheiro, Sr. Edson coloca que o mais grave é a “orquestra” perpetrada contra  
144 o albergue desde o ano passado, e que situações vão vir à tona, que não vai deixar passar algumas  
145 coisas que aconteceram, que vai levar a público cada situação e como ocorreram. A assessora  
146 jurídica reitera que da mesma forma, o CMAS tomará todas as medidas judiciais cabíveis e não  
147 está colocando sobre a questão do “albergue” mas do documento oficial de um ente público e que  
148 irá ser solicitada a abertura de um processo de sindicância, e que o vazamento de documento  
149 público poderá resultar na demissão se o conselheiro se utilizou de algum servidor público. Estes  
150 deverão estar cientes e se o conselho achar por bem poderá registrar um Boletim de Ocorrência,  
151 pois pode ter havido furto. O conselheiro se manifesta perguntando à assessora jurídica o que a  
152 mesma gostaria de questionar. Ante o exposto, a Sra. Mariela coloca que gostaria que o conselheiro  
153 informasse como teve acesso à documentação. O conselheiro coloca que não vai dizer. Mariela  
154 informa que sua negativa ficará registrada em ata, considerando a atitude um desrespeito com os  
155 demais conselheiros. O conselheiro Edson diz: “que este documento chegou até ele e que ele se  
156 defendeu”. Mariela coloca que o órgão gestor e conselho tomarão providências. Na sequência, a  
157 conselheira Telma cumprimenta a todos e se manifesta a favor de abertura do processo de  
158 sindicância. A presidente coloca em votação a respeito da abertura de sindicância. A maioria dos  
159 conselheiros se manifestam favoráveis. A conselheira, Sra. Kelly solicita a presidente que informe a  
160 data do recebimento do referido ofício. A presidente esclarece que o ofício foi recebido na secretaria  
161 executiva dos conselhos no dia 09/03 e que no dia 11/03 a mesma recebeu via e-mail encaminhado  
162 pela secretaria executiva. No dia 17/03/2021, um dia antes da reunião plenária do CMAS, foi  
163 protocolada pelo Sr. Edson resposta ao aludido ofício. Encerrando a pauta, o conselheiro Edson  
164 pede licença para se afastar devido a outro compromisso. A presidente continua a reunião realizando  
165 a leitura das resoluções e informa sobre o recebimento acerca da realização da Conferência  
166 Municipal de Assistência Social. Sra. Kelly coloca a necessidade da constituição de comissão para  
167 organização do referido evento. Informa ainda que a Conferência Nacional será no final do ano de  
168 2021. Sra. Lilian sugere que esta pauta seja discutida na próxima reunião. Após, a conselheira, Sra.  
169 Lilian informa que foi realizado uma reorganização dos trabalhos da secretaria executiva dos  
170 conselhos. Sendo a Sra. Tânia responsável pelo CMDCA e CMDI e a Sra. Sílvia responsável pelo  
171 CMAS e os demais conselhos. Após, a presidente informa que a Conferência Municipal deverá  
172 acontecer entre 03 de maio a 31 de agosto e a nacional entre 07 a 10 de dezembro de 2021,  
173 entretanto ainda não foi recebido pelo conselho nenhuma informação formal. Sra. Lilian questiona  
174 se as servidoras da secretaria executiva dos conselhos Sílvia e Tânia gostariam de se manifestar.  
175 Sra. Tânia não quis manifestar-se e Sra. Sílvia coloca que sempre no conselho faltou documentos e  
176 que inclusive quando retornou foi informada pela falta grampeador e carimbo de recebidos. Sra.  
177 Lilian sugere que diante dos fatos a sala permaneça chaveada. Nada mais havendo a tratar, deu-se  
178 por encerrada esta reunião.